



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MARCELINO CORREIA

**REGIONALISMO ECONÔMICO AFRICANO: O CASO DA INTEGRAÇÃO DA
GUINÉ-BISSAU NA UEMOA, PERSPETIVAS E DESAFIOS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MARCELINO CORREIA

**REGIONALISMO ECONÔMICO AFRICANO: O CASO DA INTEGRAÇÃO DA
GUINÉ-BISSAU NA UEMOA, PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia R. Campos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

MARCELINO CORREIA

**REGIONALISMO ECONÔMICO AFRICANO: O CASO DA INTEGRAÇÃO DA
GUINÉ-BISSAU NA UEMOA, PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 26/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Caldas R. da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista O. Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMÁTICA	8
3	JUSTIFICATIVA	9
4	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
5	OBJECTIVOS	13
5.1	GERAL	13
5.2	ESPECÍFICOS	13
6	METODOLOGIA	13
7	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional, depois da segunda Guerra Mundial, em 1945, emergiu-se numa nova agitação, motivada pela confrontação ideológica a qual transpôs a uma ferrenha rivalidade ao setor político, econômico e militar, apesar deste último ficou simplesmente em demonstrações, sem que, no entanto, houvesse confronto militar propriamente dito. Assim, a Ordem Internacional caracterizou-se pela bipolaridade, isto é, havia dois atores em contraste que brigavam pela hegemonia do sistema internacional: os Estados Unidos da América (EUA) guiados pela ideologia capitalista versus União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) fiel ao regime comunista. Apesar da disputa pela hegemonia mundial entre as duas superpotências, quase todas as regiões do globo ressentiram-se a essa concorrência ideológica (STEPHAN, 2015).

Embora a Guerra Fria tenha afetado direta ou indiretamente todas as regiões do mundo, a verdade é que a aliança a estes dois blocos por parte de outros países era evidente, cada um, levando em conta a sua particularidade, procurava alicerçar-se numa das duas superpotências, com objetivo de salvaguardar seus interesses.

Aliança a uma das potências era um fator estratégico para os estados-nação nos finais da década 40 ao início da década 50 do século XX, sobretudo para as nações europeias que no mesmo período deram início ao processo de integração regional.¹

Relativamente aos outros continentes, em particular, africano, a Guerra Fria só começou a ganhar contornos na sua 3ª fase, com a crise do Congo Belga, pois, segundo M'bokolo (2011), logo nos primeiros anos do conflito, as regiões denominadas de Terceiro Mundo as quais fazem parte alguns países asiáticos e africanos, criaram o “movimento dos não alinhados”, o que vai ser abordado mais à frente.

Importa destacar que, o continente africano nos finais da década 40, século XX, primórdios da Guerra Fria, encontrava-se ainda sob a dominação colonial europeia, o que constituía o maior desafio para o continente; embora tivesse iniciado reivindicações em alguns países para suas independências. A expectativa dos líderes africanos da época era a conciliação dos ideais emancipatórios entre o povo do continente.

Entretanto, para que houvesse convergência ideológica da emancipação, realizou-se em outubro de 1945, na cidade inglesa de Manchester, o 1º Congresso Pan-Africano. Conforme

¹ Em 1951, sete países da Europa nomeadamente: Alemanha Federal, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos criaram a Comunidade Europeia de Carvão, o que mais tarde tornou-se mais abrangente com a integração das outras Nações europeias, resultando na atual União Europeia (MOREIRA, 2010).

Adedeji (2010), os nomes sonantes deste congresso eram: Peter Milliard da Guiana Britânica (atual Guiana) como presidente do congresso, R. T. Makonnen das Antilhas como tesoureiro, Kwame Nkrumah da Costa do Ouro (atual Gana) e George Padmore, de Trinidad e Tobago (cossecretários), Peter Abrahams, da África do Sul (secretário encarregado das relações públicas) e Jomo Kenyatta, do Quênia (secretário adjunto).

Nesse congresso, concluiu-se que, a emancipação política e, conseqüentemente, a autonomia econômica eram os desafios imediatos da luta pela independência do continente. Justamente a unificação econômica do continente era vista como instrumento impulsionador e viável para fortalecer e unir a África rumo ao alcance do objetivo comum que assentava, primordialmente, na libertação do continente face à invasão dos imperialistas europeus.

Depois do encontro pan-africano de Manchester, sucederam-se quatro outras conferências, realizadas no próprio continente africano, e foram preponderantes na proclamação das independências do Gana e da Guiné-Conacri entre 1957 e 1958 respectivamente (M'BOKOLO, 2011). Depois de se tornarem independentes, Kwame N'krumah e Sékou Touré, em representação dos dois estados africanos, reafirmaram que a independência dos seus países só seria plena se todo o continente africano fosse liberto do jugo colonial. Isto revelava o espírito de solidariedade que caracterizava a emancipação imperial na África.

Após a união Gana-Guiné, em 1959 a 1960, subseqüentemente a Libéria e Mali aderiram à união, dando origem a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 (SILA, 2015; M'BOKOLO, 2011). A década 60, século passado, foi o período de culminância da revolução africana contra o colonialismo, visto que a maioria dos países africanos proclamaram as suas independências nesse período.

O propósito emidiato, ou seja, objetivo de curto prazo da criação da OUA consistia na solidariedade dos países africanos já independentes para com os que ainda se encontravam no processo de luta contra a ocupação colonial dos seus territórios. Dessa solidariedade, a integração econômica era vista como a dinamização do ideal da unidade africana. Mas tal expectativa fracassou, conforme asseverou M'bokolo (2011); uma das razões que explica o fracasso da unidade africana, se não o principal, foi a forte interferência da Guerra Fria, a qual ficou mais evidente com o conflito Congo Belga², fragmentando, no entanto, a organização pan-africana (OUA). Assim, individualmente, cada Estado enveredou a definir e/ou escolher seu modelo socioeconômico.

² Ver M'BOKOLO, Elikia. África Negra: História e Civilizações (Tomo II). Salvador: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011.

Após as independências os formatos econômicos adotados pelos países africanos não foram homogêneos em todo o continente, como perspectivado no Congresso de Manchester (ADEDEJI, 2010). A maior parte dos líderes africanos não souberam elidir o modelo econômico imposto pelos colonizadores, para Adedeji (2010), este fracasso é uma das principais razões que explicam as constantes sublevações militares e, conseqüente alteração do poder político constitucional em alguns países do continente, como é o caso da Ruanda, Zimbabué, inclusive a própria Guiné-Bissau.

Relativamente, a Guiné-Bissau, depois da sua independência, o poder político pós-colonial adotou o modelo econômico socialista do “tipo direção centralizado”, baseando-se na implementação de estratégia com vista a estabilização econômica e, conseqüentemente, melhorar o investimento público. Por outras palavras, o modelo econômico socialista adotado por Estado guineense assentava no Estado assumir o controle direto do comércio e a regulamentação do mercado. Portanto, o comércio se fazia por intermédio das empresas estatais (ADIDEJI,2010).

A economia guineense centralizada na agricultura e nas pequenas indústrias que, desde o primórdio do governo pós-colonial era frágil, deteriorou ainda mais nos finais de década 80, a dívida externa do país passou de 9% para 25% do PIB (SANGREMAN, 2016). A situação lastimável em que se encontrava a economia, obrigou o país aceitar o plano de reestruturação imposto pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), principalmente no que concerne à abertura do mercado.

Pela incapacidade do governo na altura em financiar os seus programas governativos, as incertezas políticas que pairavam no país, bem como as sucessivas mudanças na estrutura governativa, não proporcionaram a estabilidade econômica que se previa. Com o fracasso na implementação imediatas das recomendações das duas instituições financeiras internacionais, a integração regional tornou-se, para os governantes guineenses da época, a melhor solução para reverter a situação da Nação.

Partindo destes pressupostos e induzido pelo nível da pobreza social da Guiné-Bissau, o presente trabalho tem como objetivo estudar a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA e os impactos dessa inserção na econômica interna do país. Para atingir tais objetivos usar-se-á o método comparativo, o qual vai permitir comparar os indicadores economicos do país em relação a alguns países da subregião; a par dele, também vai ser usado o método quantitativo, sobretudo o uso dos dados secundários das instituições financeiras e comerciais do país, como também das instituições financeiras sub-regional e internacionais em que o país está inserido,

o que ajudarão na construção dos gráficos para determinar a dinâmica econômica da Guiné-Bissau.

2 PROBLEMÁTICA

Independente desde 1973, a Guiné-Bissau só elaborou o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1ºPND) apenas em 1980/81, nele foram instituídos os setores prioritários para alavancar o desenvolvimento de um Estado novo. Os setores priorizados eram: agricultura, industrialização, infraestruturas de transportes e comunicações (SANGREMAN, 2016), que, em prática não proporcionou melhorias que se esperava.

Nos finais da década 90, século passado, o governo encarou a integração sub-regional como estratégia ideal capaz de suprir a situação financeira em que submergiu o país. Portanto, a partir de 1997, passou a integrar a União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA); isso obrigou-a substituir a moeda nacional (peso) para FCFA (Franco da Comunidade Financeira da África). Um ano depois da sua integração, a Guiné-Bissau entrou numa guerra civil; a débil economia deteriorou-se ainda mais com desestruturação do aparelho governativo do Estado, deixando o país longe de conseguir obliterar o crônico deficit económico (SÁ, 2008).

Conforme os dados económicos apresentado pelo Banco Mundial em 2017, a economia guineense só voltou a apresentar sinais positivos no segundo ano do milênio (2002), apesar desse crescimento, o relatório mencionado anteriormente apresentou uma situação de extrema pobreza no país no mesmo período, pois cerca de 64,7% da população vivia abaixo da linha de pobreza. Dez anos depois da entrada da Guiné-Bissau na UEMOA (2007), o produto interno bruto do país cresceu consideravelmente, o valor que apresentava no ano da sua inserção na UEMOA, cresceu de US\$ 269 a US\$ 696 milhões.

O crescimento da economia guineense tem continuado num ritmo aceitável, segundo a projeção do Fundo Monetário Internacional até 2022 a economia do país crescerá cerca de 5% do total do PIB de US\$ 1.195 bilhões, se continuar no mesmo ritmo, conforme o relatório do FMI (2017). Mesmo com a melhoria da situação econômica, a Guiné-Bissau continua apresentando números abaixo quando são comparados com os de alguns países da sub-região. O Senegal, por exemplo, possui o PIB fixado em torno de US\$ 20 bilhões; e quando essa comparação é estendida ao índice do desenvolvimento humano, verifica-se que a Guiné-Bissau se encontra em 177º posição, ao passo que o Senegal encontra-se na posição 164º do ranking

do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH, 2017), o que ainda mostra a desigualdade existente na região africana em questão.

A partir dos dados supracitados, levanta-se a problemática reflexiva sobre a integração econômica na África Ocidental, vista como um meio estratégico de superar os desafios do subdesenvolvimento através de uma política coordenativa de modo a evitar às desigualdades entre os países membros e constituir um bloco econômico coeso face ao domínio de grandes potências e suas empresas e/ou corporações multinacionais na economia mundial.

Portanto, a problemática da pesquisa visa entender: até que ponto a integração sub-regional influencia a economia da Guiné-Bissau, de 1997 a 2017; além do mais, analisar os ganhos absolutos e relativos da mesma, bem como, as melhorias que a integração sub-regional proporciona à Guiné-Bissau nas suas relações comerciais com alguns países de outros continentes?

3 JUSTIFICATIVA

O desdobramento do presente surgiu a partir da preocupação com o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, cujo nível de pobreza contínua abalando fortemente a maior parte dos seus cidadãos, ainda que o país se dispõe de recursos naturais suficientes para radicalizar os principais problemas sociais como: a carência do sistema de saúde pública, a deficiência do setor educativo, a fraca capacidade de produção da energia elétrica e a falta de boas infraestruturas tanto a nível de comunicações (estradas e telecomunicações) quanto no que toca à urbanização das cidades.

Ainda, além da motivação acima mencionada, ressalta-se que a realização desta pesquisa auxiliará a compreensão sobre os principais motivos da integração econômica do país nas organizações sub-regionais, assunto que tem suscitado visões contraditórias entre os políticos, economistas, acadêmicos e alguns cidadãos comuns da sociedade guineense. Por outro lado, acredita-se que a realização deste trabalho servirá de um manual de consulta para os acadêmicos e os demais interessados em compreender a integração econômica africana, em particular da zona UEMOA, como também, apresentar para a sociedade guineense as principais razões da integração econômica da Guiné-Bissau na organização sub-regional.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A integração regional de acordo com a perspectiva neorrealista, entende-se por um processo de intercâmbio político, econômico e social entre os Estados de uma determinada região ou continente, na qual esses atores do sistema internacional ampliam seus poderes individuais no cenário internacional. Com isso, o bloco se apresenta como um ator coletivo em representação dos interesses dos membros que o constitui, aumentando dessa forma a capacidade de barganha e de persuasão nas negociações decorrentes com outros autores no Sistema Internacional (HURRELL, 1995 apud BOTELHO, 2014).

Por sua vez, Mariano (2015), definiu a integração regional como um fenômeno caracterizado pela instituição de um sistema de poder e controle, visando proporcionar melhor e justa relação de interdependência entre os Estados. Todavia, é de salientar que, a interdependência entre os membros de um bloco não implica necessariamente que deveria haver homogeneidade dos Estados em garantir a manutenção institucional da região. Isto é, a interdependência regional pressupõe a existência de um Estado ou mais, predisposto a arcar a maior parcela dos custos que a integração demanda.

O conceito da integração regional abarca uma vasta dimensão, incorporando o setor social, cultural, político, jurídico, econômico, entre outros (FERNANDES, 2011). Embora, dentre essas dimensões, se verifique dois elementos que parece ser denominadores comuns, a saber: cooperação e interdependência no processo da efetivação de uma ou outra dimensão de integração.

Faz-se um recorte dimensional, buscando conceituar a integração dentro da sua dimensão econômica, trazendo em evidência as suas etapas, os objetivos e seus efeitos externo e interno, já que se trata de um processo que ocorre no horizonte transnacional, englobando as variáveis do sistema internacional.

Porém, enfatiza-se, primeiramente, há duas perspectivas teóricas quanto ao abordagem da integração econômica regional (LOPES, 2013): a primeira diz respeito às teorias da integração econômica com enfoques no processo integracionista das regiões desenvolvidas, pelo que as suas abordagens defendem a manutenção da competitividade entre os Estados membros como forma de estimular a melhoria do mercado, portanto, no entender do mesmo autor, essa teoria aproxima-se do corrente liberal; a segunda é caracterizada pelas abordagens protecionistas, e enfatiza mais a necessidade de os estados se industrializar de modo a consolidar o mercado intra-regional, trata-se no entanto, das teorias de integração voltadas ao

processo da integração econômica das regiões em desenvolvimento. Portanto, a nossa abordagem conceitual inserir-se-á na perspectiva das regiões em desenvolvimento.

Assim, nos dizeres de Fernandes (2011), a integração econômica é um fenômeno decorrente no atual processo de globalização, permitindo cada vez mais a proliferação de grandes companhias e empresas multinacionais nos mercados nacionais. Como consequência, os Estados, em particular, os menos desenvolvidos tornam dependentes da conjuntura global. Nesta ótica, a integração econômica vem sendo uma estratégia coordenada entre os Estados para amenizar as desvantagens e as concorrências a essas companhias. No entanto, o regionalismo econômico serve de instrumento protecionista do mercado e das economias nacionais dos efeitos nocivos da globalização.

Na mesma senda, Machado (2000) definiu a integração econômica como processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre dois ou mais países. Ademais, as fronteiras econômicas estabelecem obstáculos aos fluxos, serviços e fatores de produção entre os países.

Embora a integração econômica, independentemente da região em que foi estabelecida, a sua essência pressupõe a relação de interdependência entre os Estados amontoados num determinado bloco. Porém, Fernandes chama atenção quanto ao objetivo que impulsiona os Estados de uma dada região a estabelecer relações entre si. Para o autor, não há homogeneidade nos objetivos que norteiam a criação de uma zona de interdependência coordenada entre os Estados, pois cada região é suscetível de ter as suas demandas particulares que a caracteriza, e vai se construir de acordo com tais peculiaridades. Particularmente, para o continente africano, a integração econômica, inicialmente foi visto como um projeto emancipatório à subjugação de África pelo imperialismo (PAIM, 2016).

O jamaicano, Marcus Garvey, foi precursor desta iniciativa. Mas, foi o pan-africanista ganês, Kwame N'krumah, quem o enraizou como objetivo político, influenciado por ideais de Garvey, N'krumah e mostrou que era possível criar “Estados Unidos da África”, para qual a integração econômica do continente seria um passo importantíssimo para concretizar a referida ideia.

Entretanto, N'Krumah foi o primeiro pan-africanista que conduziu um país africano a se tornar independente (Gana, independente em 1957), depois da independência do seu país, encarou com solidez a integração econômica como dispositivo estratégico para aproximar os países africanos que, na época, precisavam unir-se à volta daquilo que era objetivo primordial de todos os líderes pan-africanos: libertar o continente do jugo imperial europeu.

Todavia, apesar de hoje todos os países africanos serem “independentes”, importa destacar que houve ruptura no projeto integracionista africano (SILVA, 2015), resultado de fortes divergências ideológicas, provocada principalmente pela bipolaridade ideológica da Guerra Fria.

Apesar de, nos primeiros anos da Guerra Fria, os líderes africanos juntamente com os de Ásia, numa conferência realizada em Bandung, Indonésia, em abril de 1955, assumiram o princípio de não-alinhamento a nenhuma das duas potências em disputa pela hegemonia mundial, tal tendência como nos revela M’bokolo (2011) fracassou, provocando declínio à iniciativa da unidade africana, dividindo a OUA, em dois pólos ideológicos, o primeiro pólo, constituído por líderes que confiavam na resolução dos conflitos do continente africano à ONU, conhecidos como “grupo de Monróvia”; em contraposição, o segundo, “grupo de Casablanca”, nele encontrava-se os líderes que defendiam a resolução dos conflitos africanos pela organização continental OUA (M’BOKOLO, 2011). Não obstante, com essa ruptura, o desejo integracionista continuou forte entre os líderes africanos para alcançar a tão almejada unidade africana e a fixação de um mercado comum continental (MURYATAN, 2016).

De fato, para a África, no contexto atual, o regionalismo econômico vê-se sob três perspectivas paralelas, mas que do ponto de vista da necessidade do continente são importantíssimas para erradicar os seus problemas proeminentes, principalmente: a dependência da conjuntura econômica externas, superar o subdesenvolvimento e suprimir a desigualdade socioeconômica entre os países africanos (CALICH, 2018).

Mas, sublinha-se, ainda que haja um esforço coletivo dos Estados membros de um bloco em trabalhar para amenizar a diferença econômica e social entre si, não pode ser vista exclusivamente como solução primitiva para superar os principais problemas de subdesenvolvimento de um país, isto porque: “é inútil, por exemplo, se tentar a criação ou reforma de instituições regionais, sem reformas e ajustes domésticos. Para facilitar o aproveitamento dos benefícios internacionais da reforma, é necessário pagar o custo doméstico, tanto político como econômico”. (OCDE, 2002, p. 2).

Conforme assevera Prado (1997) apud Nhanca (2013), a integração econômica só traz benefícios a um Estado membro quando este soube elaborar “projetos de desenvolvimentos” viáveis, pois a estrutura interna de um Estado membro, tende a influenciar os esforços coordenados do bloco, tanto do ponto de vista positivo assim como negativa. Portanto, antes mesmo de se apresentar ao bloco, internamente é imperativo que haja organização do Estado de modo a permitir convergência entre a perspectiva da organização supranacional com o

projeto de desenvolvimento do Estado, permitindo assim a materialização dos objetivos preconizados pelo bloco.

5 OBJECTIVOS

A realização deste trabalho consiste em evidenciar os fatores da integração do Estado guineense na UEMOA e, como a economia do país tem-se comportado depois dessa inserção; paralelamente a isto, verificaremos através de uma análise temporal, o impacto integracionista real na transformação socioeconômica da Guiné-Bissau, portanto, objetiva:

5.1 GERAL

Estudar a inserção da Guiné-Bissau na UEMOA, as políticas integracionistas da organização sub-regional e suas influências na dinâmica socioeconômica para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

5.2 ESPECÍFICOS

- Analisar os financiamentos da UEMOA para o Estado guineense e identificar os setores beneficiários dos mesmos;
- Analisar os indicadores econômicos (PIB, dívida externa, nível de crescimento da economia) antes e após a sua integração na UEMOA;
- Averiguar o fluxo de comércio intra-bloco, identificando quais são os produtos que a Guiné-Bissau exporta para os países da sub-região e o peso dessa exportação no PIB do país.

6 METODOLOGIA

Compreendendo a característica do presente trabalho e os objetivos preconizados, a pesquisa basear-se-á primeiramente, no levantamento das bibliografias (monografias, artigos e livros) que abordam o processo da integração econômica; estabelecer-se-á a leitura minuciosa

desde amplitude conceitual, objetivos, etapas e mecanismos para a consolidação do objeto em questão.

Ainda no âmbito qualitativo, buscaremos resgatar as bibliografias históricas voltadas a iniciativas pan-africanas sobre o processo integracionista do continente, o qual vai nos permitir ter uma visão mais ampla sobre a importância do pan-africanismo no seu aspecto econômico enquanto uma estratégia emancipatória do sistema imperialista. Outrossim, basear numa análise histórica e crítica para compreender a relação entre as iniciativas econômicas africanas no contexto das lutas pelas independências com o atual processo integracionista (integração regional em África).

Será usado o método comparativo, visto que, será posto em comparação a situação econômica da Guiné-Bissau em relação a alguns países da sub-região, como também, estabelecer uma comparação temporal dos indicadores econômicos do próprio país em si.

Por outro lado, usar-se-á o método quantitativo descritivo, perscrutando os indicadores econômicos da Guiné-Bissau desde a entrada na UEMOA em 1997, para qual recolheremos os dados secundários das instituições financeiras como: FMI, Banco Mundial e UEMOA, pois, servirão de fontes para as nossas consultas durante o desdobramento da nossa pesquisa; e às informações que delas exploraremos, vão coadjuvar o nosso trabalho, partindo sempre de uma observação teórica contextualizada, o que nos permitirá definir a dinâmica econômica interna do país no período que a nossa pesquisa abrangerá.

Ainda, será necessário analisar os documentos do Ministério das Economias e Finanças do país, sendo a instituição que encarregue de controlar todas as movimentações monetárias do Estado; e, também, os dados do Ministério do Comércio servirão de fonte das informações concernente ao fluxo de exportação e de importação, que permitirão concluir, realmente, quais são os parceiros da Guiné-Bissau na sua dinâmica comercial interestatal.

7 CRONOGRAMA

ETAPAS/ATIVIDADES	ANO	MÊS
Levantamento bibliográfico	2018/2019	setembro a fevereiro
Escolha da orientadora e apresentação do pré-projeto	2019	Janeiro
Coleta dos dados		Fevereiro
Execução: redação e revisões		fevereiro a julho
Correção final e apresentação do projeto à banca examinadora		julho e agosto
Coleta dos dados para monografia		janeiro a maio
Redação do I capítulo	2020	junho a setembro
Redação do II capítulo		setembro a dezembro
Redação do III capítulo	2021	fevereiro a maio
Redação do IV capítulo		junho a setembro
Revisão geral e correção final		Outubro
Apresentação da monografia		Novembro

REFERÊNCIAS

- BLANCO, José Manuel Maroto. **Os problemas internos da África Central e Ocidental francófona como entraves ao desenvolvimento econômico e social: uma visão crítica das elites africanas**. IN: Revista Simbiótica. Granada, janeiro, 2015
- BOTELHO, João C. Amoroso. **Integração: uma proposta de critério de medição**. Rio de Janeiro, 2014
- CALICH, Ana Paula de Mattos. **O papel da integração regional como mecanismo de inserção internacional e de promoção de desenvolvimento: um estudo de caso sobre SADC**, Rio de Janeiro, 2018
- Dados do Banco Mundial sobre a economia da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?locale=pt>. Acessado em: 17/05/2019
- FERNANDES, L. Nunes; BOUKOUNGA, J. Christian; JÚNIOR, J. Fernandes. **Integração Econômica Regional na África Ocidental: uma visão crítica**. In: Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº. 8 | Out.Nov 2011
- Fundo Monetário Internacional. **Relatório do corpo técnico de consultas para Guiné-Bissau**, 2015 <https://www.hauniversity.org/pt/UEMOA.shtml>. Acessado em: 25/10/2018
<https://www.hauniversity.org/pt/UEMOA.shtml>. Acessado em: 25/10/2018
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): **Human Development Indices and Indicators 2017**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>. Acessado em: 22/05/2019
- MAZRUI, Ali A. **O pan-africanismo e a integração regional**. In: História Geral da África. Brasil: UNESCO, 2010
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações (Tomo II)**. Salvador: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011
- MOREIRA, Cássio Silva. **A integração regional como resposta ao processo de globalização**. Porto Alegre, 2010
- NHANCA, Viriato João Lopes: **MACROECONOMIA RECENTE DE GUINÉ-BISSAU: perspectiva no contexto regional globalizado**. Caruaru – PE, 2013
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômica. **Integração Regional na África**. abril, 2002. disponível em: <https://www.oecd.org/dev/1943765.pdf>. Acessado em 24/05/2019
- PAIM, Mário Luís. **Pan-africanismo: política, libertação e golpes de Estados**. IN: REVISTA TEL, junho, 2016
- SÁ, A. A. Lopes. **Análise da qualidade do desenvolvimento eco socioeconômico da Guiné-Bissau desde 1980 a 2005**, Florianópolis, 2008

SANGREMAN, Carlos. **A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016**. Lisboa, 2016

SATO, Eiiti. **Agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. Brasília, 200

SILVA, J. Inácio. **A Integração Económica da Guiné-Bissau na UEMOA**. Rio de Janeiro, 2015

STEPHAN, Cláudia. **A ideologia da bipolaridade: a introdução da Doutrina da Segurança Nacional (DNS) e as Implicações para a Democracia no Brasil**. Porto Alegre, 2015

Universidade Federal do ABC. Videoaula I & II: Opera Mundi: **A História da África Contemporânea**. Produção: TVT. Por: BARBOSA, Muryatan Santana. São Bernardo do Campo – São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZVPoZ6NnY8A>